

Título: A construção social da masculinidade no Brasil (1870-1930)

Resumo: Esta proposta tem como meta contribuir com o debate sobre os processos sociais que permeiam a construção da masculinidade na sociedade brasileira. Parte-se do princípio de que o sujeito masculino é fruto de uma complexa elaboração, que envolve uma educação socialmente partilhada, a cultura sexual hegemônica e a definição de determinados papéis que conformam as estruturas de poder. Nesse sentido, almeja-se discutir a formulação da concepção de masculinidade no Brasil entre o final do século XIX e início do século XX, procurando destacar a relevância dessa edificação para a compreensão das hierarquias, das interações sociais e das relações de dominação e de resistência que marcam a referida sociedade. Para tanto, além da apropriação crítica do estado arte pertinente, serão trabalhadas as fontes documentais que permitem a análise das representações sobre a masculinidade, assim como aquelas que possibilitem a compreensão dos processos de disciplinarização das atitudes, dos comportamentos e dos corpos, visando certo padrão tido como masculino. Dentre esses documentos, destacam-se: as fontes literárias, nomeadamente os romances de autores como Aluísio de Azevedo, Lima Barreto, Machado de Assis e João do Rio; as jornalísticas, com foco nas colunas sobre comportamento, modos de vida, além das páginas criminais; e as policiais, destacando-se os códigos, as correspondências dos delegados e os mapas descritivos dos presos.

Palavras-chave: masculinidade;

1. A questão da masculinidade tóxica no mundo contemporâneo e a necessidade de discussão sobre a construção do gênero masculino;
2. Um breve estado da arte sobre a discussão sobre a masculinidade;
3. Destaque para a construção da masculinidade no século XIX ocidental;
4. Recorte no Brasil: questão da nação e da raça degenerada;
5. Fechamento apontando as questões mais gerais da pesquisa.

Justificativa:

No final de 2019, pouco antes da Pandemia transforma-se numa realidade, dados do Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM), apontavam que a maioria dos casos de mortes no trânsito brasileiro tinha como vítimas homens entre 20 e 39 anos (cerca 36% do total das fatalidades). Dados mais recentes, do Instituto de Segurança Pública (ISP), divulgados em maio de 2022, confirmam a tendência dos anos anteriores, colocando em evidência que homens se envolvem no triplo de acidentes e morrem quatro vezes mais que as mulheres no trânsito da cidade do Rio de Janeiro. Uma recorrência observada em grande parte do país. Outros dados alarmantes sobre o grau acentuado de risco de morte do gênero masculino no Brasil, estão ligados à incidência de câncer de próstata. Segundo o Instituto Nacional de Câncer (INCA), os tumores malignos de próstata estão na terceira posição entre os casos mais recorrentes de câncer no país. Boa parte destes - inicialmente tratáveis - evoluem para o óbito devido a negligência dos acometidos. Mas essa disposição destrutiva não é simplesmente autofágica, ela manifesta-se também contra as mulheres (cis e trans), os homossexuais e as travestis. De acordo com o boletim “Elas vivem: dados que não se calam”, em 2022, foram registrados no Brasil 2.423 casos de violência contra a mulher, 495 deles feminicídios. A maior parte dessas violências foram praticadas por companheiros (namorados, noivos, cônjuges, etc) das vítimas, tendo como motivações centrais: ciúmes, término dos relacionamentos, guarda dos filhos ou até discussões corriqueiras. Segundo o levantamento feito pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra), o Brasil, pelo 14º ano seguido, é o país com mais mortes de pessoas trans e

travestis no mundo. Em 2022, 131 pessoas trans e travestis foram assassinadas no país. A maior parte desses crimes foram praticados por homens cisgênero, heterossexuais.

Os dados sumariamente apresentados, apontam para o fato de que vivemos numa sociedade marcada por uma miríade de violências, decorrentes de ações masculinas. Trata-se de uma realidade flagrantemente patriarcal, machista, misógina, homo e transfóbica, que coloca um desafio coletivo: como superar tais violências? Um dos caminhos mais relevantes e urgentes é possibilitar uma reflexão sobre o lugar social masculino. O que é ser homem? Essa pergunta mais ampliada pode ser desdobrada em outras: que valores e práticas constituem um homem digno desse nome? Existe mais de uma maneira de ser homem? Se sim, quais as diferenças entre elas? As possíveis formas de ser homem guardam hierarquias entre si? Como essas formas de ser homem se cruzam, em interseccionalidade, com outros marcadores de diferença social (raça, classe)? Ser homem implica certa postura erótica? Quais as relações entre masculinidades e heterossexualidade? Há masculinidades homossexuais, transexuais? Quais as relações entre as masculinidades, os processos de violência social e as relações de poder?

O debate sobre a feminilidade remonta as primeiras décadas do século XX, num contexto de grande inquietação filosófica e existencial sobre o lugar social das mulheres. Já as discussões sobre a masculinidade, diferentemente, só se estruturaram como problema de pesquisa em algumas das Ciências Humanas - como Psicologia e a Sociologia - em meados do século passado. De acordo com Cássio Rocha (2016), entre as décadas de 1970 e 1980, a epistemologia feminista encampou a questão da masculinidade, atrelando-a a pesquisas realizadas a partir do conceito de gênero. Partindo de um contexto inicial em que os estudos da masculinidade se associavam à ideia de papéis sexuais, a nova vertente, por meio da categoria de gênero, passou a problematizar a masculinidade em relação às críticas ao patriarcado e à opressão de homens por homens. Foi neste contexto que ganhou destaque a proposta de Raewyn Connell (1992) de pensar a masculinidade no plural, delineando relações de hegemonia, submissão, concorrência entre vários padrões de masculinidades. Em paralelo, a virada *queer* a partir da década de 1990, permitiu, ainda de acordo com Rocha, a elaboração de interrogações radicais sobre a historicidade do ser-homem, fraturando-se qualquer possibilidade de um sentido trans-histórico do homem e da masculinidade, alertando para a substancial alteridade de formas conjunturais do ser-homem, pois, como mostraram Paul Preciado e Guy Hocquenghem (2009), homem, tanto como mulher, é uma categoria política de gênero historicamente construída. Seguindo essa linha de raciocínio, alguns autores, como Miguel Vale Almeida (2000) e Pedro Paulo de Oliveira (2004) têm colocado em relevo que a masculinidade é, antes de tudo, uma elaboração social. Para esses sociólogos, é fundamental considerar a dimensão simbólica da masculinidade no processo de construção de atitudes, comportamentos, emoções, hierarquias e sentidos que estruturam a vida social.

De acordo com essa perspectiva histórica e sociológica, a formação da concepção contemporânea de masculinidade, no ocidente, teria se dado entre a segunda metade do século XIX e as primeiras décadas do século XX. Para além de critérios de diferenciação entre os sexos, existentes

em um período mais recuado, teria sido a partir do referido contexto que o conceito de masculino, tal como pensado na atualidade, teria sido gestado. De acordo com Alain Courbin (2013), essa elaboração se confunde com a consolidação da hegemonia burguesa e do próprio capitalismo. Principalmente a partir dos anos de 1850, as classes dirigentes passaram a temer a continuidade/ampliação das sublevações protagonizadas pelas camadas populares, almejando-se a ordem e o forte controle social, após a superação das turbulentas décadas que marcaram a derrocada do Antigo Regime e o surgimento dos regimes liberais burgueses. Um dos mecanismos mais eficientes para o exercício do controle pretendido, foi a definição de papéis sociais “generificados”, com a produção de comportamentos, hábitos, modos de vida e de um certo *ethos*. Edificavam-se corpos controlados, devidamente saneados, produtivos e reprodutores, com desejos que deveriam ser cerceados de acordo com os interesses de manutenção do *status quo*. É preciso destacar, nesse sentido, que o processo de construção dos gêneros foi essencial para a estruturação da comunidade cívica que poderia ter acesso à participação política no ocidente. A definição de que apenas os homens, - em tese, detentores da razão - poderiam votar e serem eleitos, e que as mulheres - que se guiariam pela emoção - não poderiam gozar de tais direitos, configurou-se como um critério universal das democracias liberais nascentes. A questão de gênero, com efeito, juntamente com a questão de classe, delimitou-se como o mais relevante mecanismo para o aspirado controle que as elites ascendentes desejavam ter sobre as populações desejantes de participação.

Esse controle social, com a questão de gênero e a subjulgação feminina, articulou-se à criação da heterossexualidade normativa/compulsória e a homossexualidade como patologia, por meio do que Michel Foucault (1977) chamou de “dispositivo da sexualidade”. O autor compreende esse dispositivo como um conjunto de discursos, técnicas, tratados e concepções, que produzem determinadas práticas sexuais. E nomear para Foucault, vale destacar, não é somente dizer o que é, mas construir o objeto de que se fala. Com efeito, no século XIX, o dispositivo da sexualidade criou um conjunto que normas que produziram uma prática hierarquizada entre aqueles que estariam integrados à ordem, o(a)s heterossexuais, e aqueles que estariam fora da normalidade em uma condição patológica, o(a)s homossexuais. Importante destacar que não se pode confundir a prática homoerótica, muito anterior ao mundo contemporâneo, com a homossexualidade enquanto conceito, identidade e discurso, que surgiu no contexto oitocentista com esse dispositivo, cuja finalidade seria esquadrihar os sujeitos, visando a constituição de determinado ordenamento social. Não se trataria apenas, portanto, de uma perseguição à prática homoafetiva, mas da criação de uma concepção que produz um sujeito homossexual, com determinadas características, integrado a uma patologia social.

E se a ânsia por controle social pode ser pensada como uma tendência dos ordenamentos políticos ocidentais, não menos relevante o era para a realidade brasileira oitocentista. Principalmente a partir da década de 1870, conforme destacou Lilia Schwarcz (2012), as elites dirigentes e os intelectuais procuraram pensar em possíveis caminhos para que o Brasil alcançasse o estatuto de civilização. Para tanto, aderiram às teorias científicas que procuravam explicar o

sucesso de alguns povos e o pretenso fracasso de outros. A partir de uma concepção eurocêntrica do mundo, eram tomados como critérios de desenvolvimento determinismos climáticos ou raciais, com o intuito de explicar as razões do atraso de algumas nações - como o Brasil, por exemplo - frente ao desenvolvimento de outros povos - nomeadamente os do norte. Nesse contexto em que, além do mais, cresciam no Brasil os movimentos abolicionistas e republicanos, as elites dirigentes passaram a conviver com um duplo sentimento: por um lado, o desejo pelo progresso, por outro, o pânico em relação às mudanças sociais e políticas que poderiam advir. O projeto de tornar o país desenvolvido tinha um obstáculo: o seu povo.

Segundo Richard Miskolci (2013), as elites brasileiras tinham como grande preocupação evitar que a gente “degenerada” que vivia no Brasil pudesse comprometer o destino da nação que estava em processo de maturação. Miskolci afirma que as elites brasileiras do final da segunda metade do século XIX, tinham como meta a formação de uma nação branca e europeia nos trópicos. Para tanto, era preciso fabricar homens viris, brancos, que pudessem garantir o embranquecimento civilizacional, evitando a degeneração racial e efeminizadora das raças tidas como inferiores, nomeadamente, a negra e a indígena. O autor tratou dessa temática por meio da análise da produção literária de Adolfo Caminha, Machado de Assis e Raul Pompéia, destacando o papel do texto literário para a construção de um imaginário social sobre o pânico da efeminização dos homens brancos dirigentes (especialmente no romance “O Ateneu”), bem como o risco da degeneração da virilidade (no romance “Bom Crioulo”) e os problemas advindos da improdutividade de um casamento fracassado (a partir da obra “Dom Casmurro”).

É a partir desse cruzamento entre as questões raciais e o projeto político civilizacional da segunda metade do século XIX, é que se forja a construção de uma concepção de masculinidade viril, devidamente saneada das “impurezas” oriundas das “raças inferiores” e que, livre dessa condição degenerante, poderia, em tese, elevar o país a uma outra condição. Uma aposta civilizacional que partia daquilo que se considerava, à época, uma escala evolutiva necessária e fatal ao desenvolvimento dos povos. Esta proposta de pesquisa insere-se precisamente no referido debate, buscando contribuir com a discussão sobre as origens da concepção de masculinidade na sociedade brasileira, considerando as relações entre as questões de gênero, sexualidade e as relações de poder inerentes ao projeto de nação em curso entre a segunda metade do século XIX e as primeiras décadas do século XX.

Metodologia

O princípio norteador deste projeto, tal como foi destacado, é de que a masculinidade não se restringe a uma discutível, determinista e limitada divisão sexual. Trata-se, isto sim, da formulação de comportamentos, papéis sociais, padrões estéticos, enfim, uma forma de ser e estar no mundo. Nesse sentido, discutir a edificação do masculino exige a análise cuidadosa de algumas práticas sociais, mas, igualmente, é preciso considerar os processos de imaginação social que alicerçam certas convenções e que conferem sentido à existência.

Conforme destacou Roger Chartier (1990), a realidade não se reduz aos processos materiais imediatamente tangíveis, sendo constituída também pelo campo simbólico, pelas narrativas e representações que conformam as sensibilidades dos sujeitos; imbuindo-lhes de referências, repertórios e valores que dão significado ao que se distingue como real. Por conseguinte, para se pensar na construção da masculinidade, é relevante analisar os processos de imaginação social que modulam a concepção do que é ser homem. Para tanto, tomaremos como uma das fontes, a produção literária brasileira oitocentista. Concentrar-nos-emos na análise dos romances, gênero literário muito difundido no contexto analisado, e que, além de representar um dos principais componentes da formação cultural da época, foi um importante mecanismo de sedimentação dos valores, das crenças e de determinadas concepções de mundo. Segundo Benedict Anderson (2008), a produção literária romanesca possibilitou a elaboração das conexões essenciais para a criação dos pertencimentos, por sua vez, fundamentais para a constituição das “comunidades imaginadas”, alicerces das nações. Por conseguinte, por meio da publicação dos romances - modalidade literária de grande alcance social - foram veiculados valores, padrões de comportamento, símbolos, referências intelectuais/estéticas e enunciados políticos que passaram a ser compartilhados por essa grande audiência.

Analisaremos romances de quatro importantes escritores da literatura brasileira: Aluísio de Azevedo (1857-1813), Lima Barreto (1881-1922), Machado de Assis (1839-1908) e João do Rio (1881-1921). Esses autores, além de terem elaborado narrativas que abrem importante discussão sobre os papéis de gênero no contexto em questão, apresentam, eles próprios, trajetórias que podem conferir relevantes chaves de análise. Tratam-se de escritores que estavam relativamente à margem da sociedade e que não representavam certo *ethos* masculino da época. Quer consideremos a questão racial (principalmente nos casos de Machado de Assis e Lima Barreto), quer levemos em conta a sexualidade (sobretudo no que tange ao João do Rio), esses literatos colocavam em xeque o padrão de masculinidade almejado, qual seja: o homem branco, heterossexual, provedor de uma família com certa prole e idealmente estável, sobre quem não pairasse qualquer “suspeita”.

Almeja-se demonstrar que esses escritores, da mesma maneira que alguns dos personagens criados através das suas penas, possibilitam a reflexão sobre a concepção de masculinidade que estava a se hegemonizar naquele contexto, bem como, por negação, a existência de outras masculinidades subalternas frente ao tipo ideal masculino. Com o intuito de tratar da construção dessas hierarquias e do processo de disciplinação dos sujeitos, analisaremos também uma documentação policial disponível para consulta no Arquivo Público Mineiro e no Arquivo Público do Estado de São Paulo (com boa parte do acervo digitalizado, com acesso online). Dentre os documentos que podem ser de valia para esta pesquisa, destacam-se: as ocorrências policiais, os códices e as cartas enviadas pelos delegados a outras autoridades de segurança pública. Por meio das ocorrências policiais, será possível ter acesso aos crimes mais comuns, assim como o comportamento dos homens descritos nesses crimes e o que era considerado desvio. Dentre esses possíveis desvios, é possível identificar comportamentos considerados inadequados ao padrão masculino que se

pretendia hegemônico. Quanto aos códices, é possível encontrar uma considerável riqueza estatística, com detalhes de quem são os homens privados de liberdade, em alguns casos, com descrições físicas desses sujeitos (estas, ligadas a certo processo estigmatizante/classificatório). Já nas correspondências dos delegados, encontram-se alguns mapas de presos, com o perfil desses encarcerados. Por meio de pesquisa prévia realizada no Arquivo Público Mineiro, foi possível ter acesso à referida documentação na série 8: “correspondências policiais” (documentação não encadernada) e na série 2: “correspondência expedida”(documentação encadernada).

O terceiro tipo de documentação abordada, será a jornalística. Pretende-se trabalhar com alguns dos principais periódicos de circulação nacional, com o objetivo de analisar as colunas ligadas a comportamentos e a crônicas sociais, importantes na caracterização do que se publicizava como um comportamento socialmente aceito; bem como a difusão e repercussão de alguns dos tipos de crimes identificados a partir da fonte policial. É importante destacar, ainda, que a fonte jornalística guarda ligações relevantes com a fonte literária, uma vez que muitos dos romances publicados na época eram geralmente socializados por meio dos periódicos antes de serem publicados em forma de livro (alguns nem chegavam a ganhar esse formato). É também através dos jornais que será possível ter acesso às críticas direcionadas aos romances ou aos autores discutidos na pesquisa. Vale salientar que além da Hemeroteca do Estado de Minas Gerais, muitas das instituições que guardam esse tipo de documentação têm os seus acervos digitalizados e disponíveis para a consulta online.

Planeja-se desenvolver a pesquisa em três fases: 1) leitura e discussão do estado da arte pertinente, seguido da leitura e análise dos romances; 2) pesquisa da documentação policial; 3) cruzamento entre as diferentes fontes pesquisadas e análise final. Essas etapas serão divididas entre o(a)s possíveis estudantes envolvido(a)s e o coordenador do projeto, conforme consta no cronograma. Almeja-se também a parceria com uma pesquisadora convidada, Prof^a. Dra. Camila Similiana de Souza, historiadora e cientista social, especialista em história criminal e professora visitante do IFMG, *Campus* São João Evangelista.

Objetivos:

Objetivo Geral:

Analisar o processo de construção social da masculinidade na sociedade brasileira entre os séculos XIX e XX.

Objetivos específicos:

- Discutir o papel das representações culturais (especialmente a literária), para a formulação da concepção hegemônica e das concepções subalternas de masculinidade na sociedade brasileira;
- Destacar as relações entre a formulação de certo *ethos* masculino e a construção das hierarquias entre os sujeitos sociais no Brasil;
- Discutir o papel exercido pelas ações de coerção sobre os sujeitos para a formulação das normas e dos desvios que configuram a masculinidade hegemônica, destacando as relações dessa hegemonia com a configuração das hierarquias raciais e sociais no Brasil;

- Relacionar a constituição social da masculinidade ao desenvolvimento de um projeto de poder na sociedade brasileira.

Referências Bibliográficas

- AKOTIRENE, Carla. *O que é interseccionalidade?* Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2018.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *A Invenção do Nordeste e outras artes*. São Paulo: Cortez; Recife: Massangana, 1999.
- _____. *Nordestino: uma invenção do “falo”*. Uma história do gênero masculino (1920-1940). 2. ed. São Paulo: Intermeios, 2013. (Coleção Entregêneros).
- ALMEIDA, Miguel Vale de. *Senhores de Si*. Uma interpretação antropológica da masculinidade. 2ª ed. Lisboa: Fim de Século Edições, 2000.
- AMANTINO, Marcia; FREIRE, Jonis. Ser homem... ser escravo. In: PRIORE, Mary del; AMANTINO, Marcia (orgs.). *História dos homens no Brasil*. São Paulo: Editora Unesp, 2013. p. 15-48.
- AMORY, Deborah P. Homosexuality in Africa: issues and debates. Issue A: Journal of Opinion [*African Studies Review*], Cambridge, 25 (1), 1997, p. 5-10.
- ANDERSON, Benedict R o’G. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ARMSTRONG, Nancy. A moral burguesa e o paradoxo do individualismo. In: MORETTI, Franco (org.). *A cultura do romance*. São Paulo: COSACNAIF, 2009. p.335-374.
- AUERBACH, Eric. O mundo na boca de Pantagruel. In: *Mimesis: a representação da realidade na literatura Ocidental*. São Paulo: Perspectiva, 1971, p.225-244.
- BACZKO, Bronislaw. *Imaginação Social*. In: Enciclopédia Einaudi – Anthropos – Homem. Lisboa: Casa da Moeda, v.5, 1985, p. 296-323.
- BADINTER, Elisabeth. XY. Sobre a identidade masculina. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1993.
- BAKARE-YUSUF, Bibi. “Yorùbás don’t do gender”: a critical review of Oyèrónké Oyěwùmí’s *The Invention of Women: Making an African Sense of Western Gender Discourses*. *African Identities*, 1(1), 2003, p. 121–142.
- BAPTISTA, Jean T. "Machorras" e "afeminados" indígenas: corpos objetos nas Missões e Paraguai. No prelo, texto gentilmente cedido pelo autor em versão manuscrita.
- BARATA, Paulo. *Os livros e o Liberalismo*. Da livraria conventual à biblioteca pública: uma alteração de paradigma. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2003.
- BARBO, Daniel. *O Triunfo do Falo: Homoerotismo, Dominação, Ética e Política na Atenas Clássica*. Rio de Janeiro: E-Papers, 2008.
- BARCELLOS, José Carlos. Homossociabilidade masculina e homoerotismo na ficção de Eça de Queirós. In: OLIVEIRA, Paulo Motta; SCARPELLI, Marli Fantini. (orgs.). *Os Centenários Eça, Freyre, Nobre*. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2001, p.127-150.

BLESSOL, Gathoni. Lutas LGBTI Queer como outras lutas em África. In: REA, Caterina; PARADIS, Clarisse Goulart; AMANCIO, Izzie Madalena Santos (orgs.). *Traduzindo a África Queer*. Salvador: Editora Devires, 2018, p. 101-110.

BOURDIEU, Pierre. *A Dominação Masculina*. Tradução Maria Helena Kühner. 10ª ed. Trad. Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

BOSWELL, John. *Christianity, social tolerance and homosexuality: gay people in Western Europe from the beginning of the Christian era to the fourteenth century*. Chicago, London: The University of Chicago Press, 1980.

_____. *Same-sex unions in Premodern Europe*. New York: Vintage Books, 1995.

BRANNON, R. "The male sex role: our culture's blueprint of manhood, and what it's done for us lately". In: DAVID, D. S.; BRANNON, R. (Ed.). *The forty-nine percent majority: the male sex role*. Reading, MA: Addington-Wesley, 1976.

BRAY, Alan. *Homosexuality in Renaissance England*. New York: Columbia University Press, 1995.

BROWN, Judith C. *Atos impuros*. A vida de uma freira lésbica na Itália da Renascença. São Paulo: Editora brasiliense, 1987.

BURGWINKLE, William E. *Sodomy, masculinity, and law in medieval literature*. France and England, 1050-1230. Cambridge, U.K.: Cambridge University Press, 2004.

BUTLER, Judith. *Bodies that matter*. On the discursive limits of "sex". New York; London: Routledge, 1993.

_____. *Problemas de Gênero*. Feminismo e subversão da identidade. 4. Ed. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

CARRARA, Sérgio; SIMÕES, Júlio Assis. Sexualidade, cultura e política: a trajetória da identidade homossexual masculina na antropologia brasileira. *Cadernos Pagu*. Campinas. n. 28, janeiro-junho 2007, p. 65-99.

CARRIGAN, T.; CONNELL, R.W.; LEE, J. "Toward a new sociology of masculinity". *Theory and society*. V. 14, .n. 5, p. 551-604, 1985.

CHARTIER, Roger. *A história cultural entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; Lisboa: Difel, 1990.

CONNELL, R. W.; MESSERCHMIDT, J. W. Masculinidade Hegemônica: repensando o conceito. *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 241-282, 2013.

CONNELL, R. W. "A very straight gay: masculinity, homosexual experience, and the dynamics of gender". *American sociological review*. V. 57, n. 6, p. 735-751, 1992.

_____. *Masculinities*. 2ª ed. Berkeley; Los Angeles, Califórnia: University of California Press: 2005.

CONSTANT, Benjamin. *Escritos de Política*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges. (Orgs.). *História da virilidade*. 1. A invenção da virilidade da Antiguidade às Luzes. Trad. Francisco Morás. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

CRENSHAW, Kimberlé. *Demarginalizing the intersection of Race and Sex: a black feminist critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics*. University of Chicago Legal Forum, 1, 1989, 139-167.

CURIEL, Ochy. *La nación heterosexual*. Análisis del discurso jurídico y el régimen heterosexual desde la antropología de la dominación. Bogotá, D.C.: Brecha Lésbica; en la fronteira, 2013.

DAIBERT Jr., Robert. Entre homens e anjos: padres e celibato no período colonial no Brasil. In: PRIORE, Mary del; AMANTINO, Marcia.(Orgs.). *História dos homens no Brasil*. São Paulo: Editora Unesp, 2013, p. 49-84;

DRÉVILLON, Hervé. Do guerreiro ao militar. CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges. (Orgs.). *História da virilidade*. 1. A invenção da virilidade da Antiguidade às Luzes. Trad. Francisco Morás. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013, p. 334-372.

DRISKILL, Qwo-Li. *Asegi stories*. Cherokee queer and Two-spirit memory. Tucson, AZ: The University of Arizona Press, 2016.

EPPRECHT, Marc. Hungochani. *The history of a dissident sexuality in Southern Africa*. Quebec: McGill-Queen's University Press, 2004.

_____. (org.). *Unspoken facts*. A history of homosexualities in Africa. Harare, Zimbábue: GALZ and Ann Arbor; Africa Books Collective, 2008.

_____. *Hetero sexual Africa?* The history of an idea from the Age of Exploration to the Age os AIDS. Athens: Ohio University Press, 2008.

FIGARI, Carlos. @s outr@s cariocas. Interpelações, experiências e identidades homoeróticas no Rio de Janeiro. Séculos XVII ao XX. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2007.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I*. A vontade de saber. Trad. Pedro Tamen. Lisboa: Antropos, Relógios d'água, 1977.

_____. *Histoire de la sexualité 4*. Les aveux de la chair. Édition établie par Frédéric Gros. Paris: Éditions Gallimard, 2018.

FRY, Peter. *Para inglês ver*. Identidade e política na cultura brasileira. Rio de Janeiro: Zahar, 1982

_____; MACRAE, Edward. *O que é homossexualidade*. São Paulo: Abril Cultural; Brasiliense, 1985 (Coleção Primeiros Passos).

GARCÍA, David Córdoba; SÁEZ, Javier; VIDARTE, Paco. *Teoría Queer*. Políticas bolleras, maricas, trans, mestizas. Barcelona, Madrid: Editorial Egales, 2007.

GOMES, Verônica de Jesus. Atos nefandos. Eclesiásticos homossexuais na teia da Inquisição. Curitiba: Prismas, 2015.

GREEN, James. *Além do carnaval*. A homossexualidade masculina no Brasil do século XX. São Paulo: EDUNESP, 2000.

GREEN, James; POLITO, Ronald. *Frescos Trópicos*. Fontes sobre a homossexualidade masculina no Brasil (1870-1980). Rio de Janeiro: José Olympio, 2006.

GUIMARÃES, Carmen Dora. *O homossexual visto por entendidos*. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2004.

GUIZOT, François. *Formação do Terceiro Estado: as Comunas: coletânea de textos* François Guizot, Augustin Thierry, Prosper de Barante. Maringá: Editora da Universidade Estadual do Maringá, 2005.

HACKER, H. M. "The New Burdens of Masculinity". *Marriage and family living*. V. 19, n. 3, p. 227-233, 1957.

HALPERIN, David. *One hundred years of homosexuality and other essays on Greek love*. New York: Routledge, 1990.

HEILBORN, Maria Luiza; CARRARA, Sérgio. Em cena, os homens. *Revista de estudos feministas*. Florianópolis, v. 6, n.2, p. 370-375, 1998.

HOCQUENGHEM, Guy. *A contestação homossexual*. São Paulo: Brasiliense, 1980.

_____; PRECIADO, Beatriz. *El Deseo Homosexual*. Epílogo El terror anal. Barcelona: Melusina, 2009.

KATZ, Jonathan. *A invenção da heterossexualidade*. Prefacio de Gore Vidal. Trad. Clara Fernandes. Rio de Janeiro: Ediouro, 1996.

LAGO, Mara Coelho de Souza; WOLFF, Cristina Scheibe. "Masculinidades, diferenças, hegemonias". *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis, v. 21, n.1, p.241-282, 2013.

LAQUEUR, Thomas. *Making sex. Body and gender from the greeks to freud*. Cambridge, Massachusetts; London, England: Harvard University Press, 1992.

LE GALL, Jean-Marie. A virilidade dos clérigos. CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges. (Orgs.). *História da virilidade*. 1. A invenção da virilidade da Antiguidade às Luzes. Trad. Francisco Morás. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013, p. 242-263.

LIMA, Marcelo Pereira. (Re) inventando o corpo do sodomita no Medievo Ibérico: algumas reflexões à luz dos Gender Studies. In: MARTINS, Ana Cláudia Aymoré; VERAS, Elias Ferreira (org.). *Corpos em aliança*. Diálogos, interdisciplinares sobre gênero, raça e sexualidade. Curitiba: Appris, 2020, p. 175-198.

LISBÔA, Maria Regina Azevedo. Masculinidade: as críticas ao modelo dominante e seus impasses. In: PEDRO, Joana Maria; GROSSI, Miriam Pillar. (Org.). *Masculino, feminino, plural*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1998. P. 131-138.

LORDE, Audrey. Age, race, class and sex: women redefining difference. In: LORDE, Audrey. *Sister outsider*. New York City: Crown Publishing Group, 2007, p. 114-123.

LOURO, Guacira Lopes. *Um corpo estranho*. Ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica editora, 2004.

LUKÁCS, Georg. *Narrar ou Descrever?* Contribuição para uma discussão sobre o naturalismo e o formalismo. In: Ensaios sobre Literatura. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

LYNCH, Christian Edward Cyril. Liberal/Liberalismo. In: FERES JÚNIOR, João (org.). *Léxico da história dos conceitos políticos do Brasil*. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2009, p. 141-160.

MACRAE, Edward. Os respeitáveis militantes e as bichas loucas. In: COLLING, Leandro. (Org.). *Stonewall 40+ o que no Brasil?*. Salvador: EDUFBA, 2011, p. 21-36.

MERQUIOR, José Guilherme. *O Liberalismo Antigo e Moderno*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1991.

MISKOLCI, Richard. A teoria queer e a sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 11, n. 21, p. 150-182, jan.- jun. 2009.

_____. *O desejo da nação*. Masculinidade e branquitude no Brasil de fins do XIX. Prefácio Margareth Rago. Apresentação Mariza Correa. São Paulo: Annablume, 2013. (Coleção Queer)

MORETTI, Franco. Apresentação Geral. In: *A cultura do romance*. São Paulo: COSACNAIF, 2009a, p.11-16.

_____. *Atlas do romance europeu: 1800-1900*. São Paulo: Boitempo, 2003.

MOTT, Luiz. *O sexo proibido*. Virgens, gays e escravos nas garras da Inquisição, Campinas, SP, Papirus, 1988.

_____. Pagode português. A subcultura gay em Portugal nos tempos inquisitoriais. *Ciência e Cultura*. V. 40, p. 120-139, 1988.

_____. *Escravidão, Homossexualidade e Demonologia*. São Paulo: Ícone, 1988.

MSIBI, Thabo. As mentiras que nos contaram: sobre a (homo)sexualidade na África. In: REA, Caterina; FONSECA, João Bosco Soares da; SILVA, Ana Catarina Benfica Barbosa (orgs.). *Traduzindo a África Queer II*. Figuras da dissidência sexual e de gênero em contextos africanos. Salvador: Editora Devires, 2020, p. 197-201.

MURRAY, Stephen; ROSCOE, Will (orgs.). *Boy-wives and Female Husbands*. Studies of African homosexualities. London: Macmillan, 1998.

NAVARRO-SWAIN, Tania. A história é sexuada. In: RAGO, Margareth; MURGEL, Ana Carolina Arruda de Toledo. (Orgs.). *Paisagens e tramas*. O gênero entre a história e a arte. São Paulo: Intermeios, 2013, p. 51-60.

OLIVEIRA, Pedro Paulo. *Discursos sobre a masculinidade*. Revista Estudos Feministas. Florianópolis, v.6, n.1, p.91-113, 1998.

_____. *A construção social da masculinidade*. Belo Horizonte: EDUMFG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2004.

PERLONGHER, Néstor. *O negócio do michê*. A prostituição viril em São Paulo. São Paulo: Brasiliense, 1987.

PRECIADO, Paul-Beatriz. *Manifesto contrassexual*. Trad. Maria Paula Gurgel Ribeiro. São Paulo: n-1 edições, 2014.

_____. *Testo Junkie*. Sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica. Trad. Maria Paula Gurgel Ribeiro. São Paulo: n-1 edições, 2018.

PRIORE, Mary del. (Orgs.). *História dos homens no Brasil*. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

RANCIÈRE, Jacques. *O ódio à democracia*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014.

ROCHA, Cássio Bruno de Araujo. *Masculinidades e Inquisição*. Gênero e sexualidade na América portuguesa. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2016.

_____. Teoria Queer entre a Pós-modernidade e o Presentismo: um caminho crítico possível?. *Periódicus*, Salvador, n. 6, v. 1, p. 212-240, nov. 2016-abr. 2017.

_____. De violência e fama pública: uma análise das hierarquias sexo-raciais nas Minas setecentistas através do processo inquisitorial do cirurgião Lucas da Costa Pereira (Paracatu, 1746-1755). *Portuguese Studies Review*. Edited Volumes, v. 4, As Minas Gerais do Brasil: Economia, ciência e cultura nos séculos XVIII e XIX. Edição organizada por Rafael de Freitas e Souza; Sirleia Maria Arantes; Weder Ferreira de Silva. Peterborough, Ontário: Baywolf Press, 2019, p. 67-110.

ROUSSEAU, Jean Jacques. *Emílio, ou, Da educação*. 3.ed. Tradução de Roberta Leal Ferreira. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

SÁEZ, Javier; CARRASCOSA, Sejo. *Pelo cu*. Políticas anais. Trad. Rafael Leopoldo. Belo Horizonte: Letramento, 2016.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

SCOTT, Joan. Gender: a useful category of historical analysis. *The American Historical Review*, 91, 5, (1986), p. 1053-1075.

SEDGWICK, Eve K. *Epistemology of the closet*. Baltimore; London: The John Hopkins University Press, 1986.

SMITH, Bonnie G. *The gender of history*. Men, women, and historical practice. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1998.

TREVISAN, João Silvério. *Devassos no paraíso*. São Paulo: Editora Max Limonad, 1986. (Políticas do imaginário).

VAINFAS, Ronaldo. *Trópico dos Pecados*. Moral, sexualidade e inquisição no Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

VERAS, Elias Ferreira; PEDRO, Joana Maria. Os silêncios de Clio: escrita da história e (in)visibilidade das homossexualidades no Brasil. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 6, n. 13, p. 90-109, set./dez. 2014.

VERAS, Elias Ferreira. *Travestis*. Carne, tinta e papel. Curitiba, PR: Editora Prismas, 2017.

VIANA JÚNIOR, Mário Martins. *Masculinidades compósitas nas capitânias do Norte da América portuguesa (séculos XVI e XVII)*. Tese (Doutorado em História Cultural). Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-graduação em História Cultural, 2013.

VIDARTE, Paco. *Ética bixa*. Proclamações libertárias para uma militância LGBTQ. Trad. Maria Selenir Nunes dos Santos, Pablo Cardelino Soto. São Paulo: n-1 edições, 2019.

VIGARELLO, Georges. A virilidade, da Antiguidade à Modernidade. CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges. (Orgs.). *História da virilidade*. 1. A invenção da virilidade da Antiguidade às Luzes. Trad. Francisco Morás. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013, p. 11-16.

WITTING, Monique. El pensamiento heterosexual. In: WITTING, Monique. *El pensamiento heterosexual y otros ensayos*. Trad. Javier Sáez, Paco Vidarte. Barcelona: Editorial Egales, 2006, p. 49-57.

